

A LÍNGUA PORTUGUESA NA PROSA NARRATIVA DO SÉCULO XV. ANÁLISE DA CRÔNICA DE D. PEDRO I - FERNÃO LOPES

Introdução - a linha teórica para análise do *corpus*

Este trabalho restringe-se, de um lado a examinar a Língua Portuguesa que organiza a prosa narrativa quatrocentista, evidenciando, na linguagem da Crônica de D. Pedro I, os mecanismos gramaticais e estilístico-discursivos arcaizantes que revelam a língua e o homem do século XV; de outro lado, a constatar as relações de colaboração que, diante do texto escrito, geram-se entre a visão da Historiografia Lingüística, das estruturas narrativas e da Análise do Discurso.

A escolha da Crônica de D. Pedro I como *corpus* deve-se ao seguinte fator: a linguagem usada por Fernão Lopes é viva, envolvente. O autor faz uso da prosa espontânea, coloquial e, enquanto narrador, dialoga freqüentemente com o leitor. A linguagem é clara seja pela seleção do léxico, seja pela construção sintática das proposições, seja pela organização dos mecanismos discursivos de funcionamento da narrativa.

O interesse pela crônica lopeana se efetivou na medida em que se observaram, no funcionamento discursivo, marcas lingüísticas constitutivas de uma tal realidade capazes de serem abordadas metodologicamente, ao se resgatarem os dados teóricos fornecidos pela Historiografia Lingüística, pelas teorias da narratividade e pela metodologia da Análise do Discurso para o estudo da narrativa literária.

Na análise e discussão do *corpus*, deu-se maior importância:

1. No nível lingüístico: a) ao estudo dos tempos verbais do mundo comentado e do mundo narrado (Weinrich, Koch); b) ao estudo dos arcaísmos e do tratamento em segunda pessoa do plural como marca de oralidade (Cintra, Huber, Mattos e Silva, Teyssier); c) ao estudo da sintaxe como revelação da Língua Portuguesa do século XV (Ivo Castro, Elisa Guimarães, Mattos e Silva, Teyssier).
2. No nível estilístico: ao estudo dos recursos estilísticos identificadores da língua literária lopeana (Koch, Lapa, Maingueneau, Orlandi).
3. No nível narrativo: ao estudo da narratividade como superestrutura do texto (Le Goff, Prince, Propp, Reis & Lopes, Ricoeur, Segolin, Todorov).
4. No nível discursivo: ao estudo da discursividade subjacente ao texto (Van Dijk e Kintsch, Ducrot, Fávero, Elisa Guimarães, Eduardo Guimarães, Koch, Maingueneau, Orlandi, Pécheux, Bakhtin, Benveniste).

1. A história interna e a história externa da Língua Portuguesa no século XV. Contexto cultural

A partir do terceiro quartel do século XIV, no mesmo período em que o galego-português entrava em processo de isolamento lingüístico ao Norte, a Língua Portuguesa, paulatinamente, ia-se consolidando em consequência do deslocamento do centro político-administrativo do reino para o Sul.

A Língua Portuguesa - *língua comum* - pouco a pouco foi se fazendo como alicerces sobre o qual se construiu não somente a prosa de caráter informativo como também a prosa literária. Entre os fatores que foram causa da progressiva infiltração do Português como língua de uma nacionalidade emergente estão os trabalhos literários realizados em instituições como os mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra. Teve papel importante também a Universidade (1288/90), chamada de Estudos Gerais, que, fundada em Lisboa, transferiu-se depois para Coimbra.

A Língua Portuguesa, convertida em língua oficial desde o reinado de D. Dinis, era falada apenas domesticamente, gramatizando-se apenas no século XVI.

Um fato histórico importante, que determinou a consolidação de Portugal como nação soberana, foi a Revolução de 1383/85. Os historiadores têm apresentado o casamento da filha única de D. Fernando (Beatriz) com D. João I, rei de Castela, em 1382. Tal casamento, na verdade, foi uma manobra política da nobreza portuguesa: entregando Portugal ao vizinho castelhano, a nobreza julgava poder manter sua dominação territorial. O povo se insurgiu de tal modo que não cabia nas ruas principais de Lisboa.

Beatriz era filha única e, enquanto não desse à luz um varão sucessor do trono português, sua mãe, D. Leonor Teles ficaria como regente. Houve reação popular. Liderados por D. João, mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I com uma tal de D. Tareja, os revolucionários depuseram D. Leonor e, em 1385, proclamaram D. João rei de Portugal.

O testemunho de Fernão Lopes não deixa qualquer dúvida de que, mais do que da burguesia, a revolução foi da "arraia miúda", que abarcou o país inteiro em levantamentos insurrecionais contra a ordem feudal.

Com a independência de Portugal, as circunstâncias culturais e econômicas ganharam uma nova dimensão. O galego-português passou a não mais corresponder às novas aspirações. Intensificaram-se os intercâmbios com outros países, usando-se como língua internacional o latim, que passou a ser acessível também aos leigos, sobretudo aos nobres.

Nos Estudos Gerais, o estudo da gramática consistia em aprender a ler e escrever em latim. À medida que a língua se enriquecia tanto com as traduções latinas dos religiosos quanto com a publicação de obras em prosa de autores portugueses, particularmente dos príncipes irmãos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, desenvolvia-se paralelamente outro tipo de prosa cujas raízes vinham do século XIII.

Nesse contexto cultural (séc. XIV - XVI), a Língua Portuguesa registrou uma série de transformações que apresentaram como consequência a fixação da morfologia e da sintaxe, de tal maneira que, daí por diante, poucas alterações sofreriam.

A **Morfologia** do nome e do adjetivo absorveu os efeitos das evoluções fonéticas:

- a) o plural dos nomes não se fixa (mãos, cães, leões);
- b) o mesmo ocorre com o feminino dos adjetivos em **ão** (são - sã);
- c) consolida-se o plural dos substantivos em **-1** (sol - sóis; cruel - cruéis);
- d) desaparecem as formas dos pronomes possessivos **ma, ta, sa**;
- e) o emprego da palavra **homem** com o sentido de **on** francês desaparece;
- f) desaparecem as formas **senço>sinto, menço>mintto, arço>ardo**; h) os par-tícipios em **-udo** cedem lugar a **-ido**.

No Léxico:

- a) predominam os nomes em **-mento, ença, -ança**. Exs.: leyxamento, empecimento;
- b) os nomes em **-ença e -ança** foram posteriormente substituídos por outros buscados diretamente do latim clássico: peendença > penitência; pestellença > pestilência; femença > veemência. Permanecem, contudo, até hoje, nomes em **-ança e -ença**: querença, malquerença, avença, de-savença, pareença, doença, ordenança;
- c) muitos adjetivos em **-oso** desapareceram: omyldoso, querençoso, trigoso. O sufixo **-oso**, porém, permanece até hoje em vários adjetivos.

Curiosamente, muitas palavras acima citadas eram usadas ainda no século XVI, as tais dicções velhas, segundo Fernão de Oliveira.

Note-se também que o Português do século XV, embora contivesse um número razoável de palavras arcaicas, era, no dizer de Silva Neto: “fragueiro, abstmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo.” O falar do homem português do século XV era livre, não conhecia disfarces nem eufemismos. Ninguém pensava em acobertar fatos notoriamente públicos.

O século XVI foi o século do aperfeiçoamento da prosa, que vai se desemperando, com frases, pouco a pouco, mais curtas. As construções frasais mais comuns nesse período são as mesmas que hoje são conhecidas: SVO.

2. Divisão da História da Língua Portuguesa

Leite de Vasconcelos (1959:16) divide a história da Língua Portuguesa em:

- a) período arcaico ou antigo, do século IX, e mais particularmente do século XII, aos meados do século XVI;
- b) período moderno, do século XVI ao século XX.

O período arcaico está intimamente correlacionado com o idioma da Galiza: o galego-português ou português-galego. Ao mesmo tempo em que o latim vulgar se transformava em português-galego na Lusitânia do Norte, devia também produzir no resto da Lusitânia um idioma românico tolerado pelos árabes. Após as conquistas de D. Afonso Henriques, o português-galego do Norte propagou-se no Sul absorvendo o românico ali falado ou identificando-se com ele.

Assim, o período arcaico pode subdividir-se em:

- a) época proto-histórica - do século IX ao século XII, momento em que documentos escritos em latim bárbaro já atestam palavras e expressões do românico galaico-português.
- b) época histórica - do século XII em diante. Compõe-se de duas fases:
 - a arcaica propriamente dita, marcada pelo domínio lingüístico do galego/português. Vai até meados do século XVI;
 - a fase moderna, do século XVI ao século XX.

Em que período se inserem os escritos de Fernão Lopes? No período arcaico? Teyssier (1993), ao tecer considerações sobre problemas de periodicidade, pergunta se é possível determinar, na história da Língua Portuguesa desde o século XIV até hoje, períodos que permitam esclarecer uma evolução. Embora ache difícil responder a essa questão, Teyssier elenca vários eixos históricos que permitem organizar e esclarecer os fenômenos da história da Língua Portuguesa. Aponta não só os descobrimentos e a expansão ultramarina, mas também a história cultural e literária, em que destaca, no que se refere ao vocabulário e à sintaxe, que a evolução do Português conheceu um grande desenvolvimento da prosa literária nos séculos XIV e XV. Acrescenta, ainda, as influências estrangeiras, evidenciando dois fatos: o bilingüismo luso-espanhol entre meados do século XV e fins do século XVII, e a influência francesa. Finalmente, Teyssier ressalta a importância da publicação das obras de gramáticos (Fernão de Oliveira e João de Barros), ortógrafos (Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes do Lião) e filólogos.

Os séculos XV e XVI parecem ter sido aquele período em que o espírito lusitano de amor à pátria e, por decorrência, de amor à língua, como se pode constatar, v.g., em Fernão de Oliveira(1536): “(...)melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma (...) E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens”.E mais adiante: “E quase podemos dizer que o que dá a entender Horácio na **Arte Poética** dos Gregos e Latinos temos entre nós e os castelhanos porque a eles deu a natureza afeiçoar o que querem dizer e nós falamos com mais magestade e firmeza”.

Acrescente-se o que diz Horácio, confrontando sua obra com as demais de seu tempo, enaltecendo seus escritos sua pátria e sua língua (**Odes**, Livro m, 30, I): “Exegi monumentum aere perennius”.

O amor à pátria e, por decorrência, o amor à língua já se configura em Fernão Lopes no importantíssimo prólogo à primeira parte da Crônica de D. João I, ao admitir a “a natural inclinação” do historiador para favorecer, nos seus relatos, a causa da “terra em que nasceu”. Verifica-se aqui o reconhecimento de um autêntico apelo da terra-mãe.

Assim, parece certo dizer que a obra lopeana não pertence mais ao período arcaico galego-português nem explícita, é verdade, o esplendor renascentista camoniano. Revela, contudo um estágio lingüístico de aperfeiçoamento da prosa narrativa, consolidando a língua como idioma. Como diz Teyssier (op. cit.: 40): “Como se vê, o português é uma língua nacional praticamente ‘perfeita’. Ocupa, além disso, uma área que se manteve estável desde a origem”.

Em vista disso, pode-se apresentar uma nova proposta que dá a seguinte redação à época histórica, de Leite de Vasconcelos: a) arcaica (do século XII ao século XIV); b) pré-clássica - período de aperfeiçoamento da prosa (século XV); c) moderna, que tem como marco inicial o Português clássico camoniano (século XVI até hoje).

3. Fernão Lopes

Se comparado a outros historiadores da Idade Média, Fernão Lopes deles difere muito, pois apresenta características inconfundíveis, que lhe emprestam relevo. Dele diz Saraiva que “excedeu a craveira dos historiadores medievos”. Na península ibérica floresceu, a partir da História Geral da Espanha, ordenada por Afonso X, uma escola superior à dos cronistas franceses (leia-se sobre Froissard), porque se debruçava sobre o passado, considerando-o como algo que prepara o presente, e também porque considerava sempre um todo coletivo. Faltava-lhe, porém, um método adequado de investigação dos fatos. Fernão Lopes pode ser

considerado um representante da escola peninsular, visto que se dedicou a escrever uma Crônica Geral do Reino, norteado pela noção da existência de uma entidade coletiva: Portugal.

Embora preocupado sempre com “screpver a verdade”, Fernão Lopes diz que esta pode ser atraçoada por preconceitos patrióticos. Afinal, ele era pago pela Coroa, devia ser fiel à Casa de Portugal. Por essa razão, pode-se dizer, hoje, ser a obra lopeana uma relato não absolutamente fiel, mas, sim, uma representação dos fatos por ele narrados.

Ressalte-se, contudo, que ele procurou estar sempre próximo da verdade, pesquisando grandes volumes de livros de diversas linguagens e terras, públicas escrituras de muitos cartórios, lápides de cemitérios, enquanto outros historiadores de seu tempo atinham-se ao registro de testemunhos nem sempre verossímeis.

Do exposto, depreende-se que a escritura de Fernão Lopes dá uma nova feição à crônica medieval, já que ele explicita em suas obras um novo conceito de fazer história e também porque as mesmas crônicas revelam a consciência de que já existia naquele momento um idioma da nação portuguesa.

José Gaspar de Oliveira Nascimento

(Resumo da dissertação de Mestrado defendida em 01.04.98 na PUC/SP, em 1998)